



## COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

### ACTA N.º 43/X/3.<sup>a</sup>

Aos dezassete dias do mês de Junho do ano dois mil e oito reuniu, pelas quinze horas e dez minutos, na sala quatro, a Comissão de Trabalho, Segurança Social e Administração Pública, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta acta, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

#### **15H00**

1. Apreciação e votação da Acta n.º 42;
2. Outros Assuntos.

Audições no âmbito dos requerimentos apresentados pelos GP do CDS-PP e PS, sobre o modelo de financiamento e as condições de funcionamento dos ATL'S:

**15H30** – CNIS – Confederação Nacional de Instituições de Solidariedade

**16H00** – União das Misericórdias Portuguesas

**16H30** – União das Mutualidades Portuguesas

**17H00** – Audiência a conceder pelo Grupo de Trabalho das Audiências à Associação Sindical dos Profissionais da Polícia - ASPP/PSP

O Senhor Presidente da Comissão, Deputado Vítor Ramalho (PS), iniciou a reunião submetendo à votação a acta n.º 42, que foi aprovada por unanimidade.

No segundo ponto da Ordem de Trabalhos, usou da palavra o Senhor Deputado Arménio Santos (PSD) para informar que, na sequência da deslocação da delegação parlamentar à 97.<sup>a</sup> Conferência da OIT em Genebra, seria posteriormente apresentado um relatório. Adiantou que, no dia 10 de Junho, devido à hora de chegada, os Deputados não estiveram presentes no almoço volante que teve lugar na casa do Senhor Embaixador de Portugal; que no dia 11 puderam assistir à intervenção em sessão plenária do Senhor Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, tendo sido discutida, entre outros temas, a precarização das relações laborais, e que no dia 12, para além de estarem marcadas reuniões com Ministros de outros países, estava previsto um jantar com representantes dos países da CPLP.



## COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

O Senhor Presidente da Comissão informou que, em ofício, a CNA tinha solicitado uma audiência pública sobre segurança social dos agricultores pelo que, na sequência desse pedido, trocariam impressões com o Senhor Presidente da Subcomissão de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, e que, no dia 1 de Outubro, em conjunto com as duas centrais sindicais, a Comissão promoveria o Dia do Idoso.

De seguida, teve lugar a audiência com o Senhor Padre Lino Maia, presidente da Confederação Nacional de Instituições de Solidariedade (CNIS), relativamente ao modelo de financiamento e às condições de funcionamento dos ATL.

O Senhor Presidente começou por cumprimentar o Presidente da CNIS e deu-lhe a palavra para uma intervenção inicial.

O Senhor Padre Lino Maia constatou que, na origem do assunto em relação ao qual foi convidado a pronunciar-se, está uma questão ideológica, qual seja a das competências e limites do Estado e as competências e deveres dos cidadãos. Daí que talvez seja importante reflectir se o Estado tem o direito de açambarcar tudo quando há 2540 instituições filiadas na CNIS que prestam cerca de 70,3% das respostas sociais em todo o país. O que aconteceria se, de repente, deixassem de prestar os serviços que prestam? Em sua opinião, o Estado abafa e desmotiva.

Falou nas 1200 instituições que, em Portugal, acolham cerca de 100 000 crianças, constituindo uma segurança muito grande para as respectivas famílias e que, na sequência do prolongamento do horário escolar (com que está de acordo mas em relação ao qual as instituições não foram ouvidas pelo Governo), algumas encerraram o ATL, outras adaptaram-se, revendo horários e o enquadramento jurídico dos trabalhadores.

Informou que, num exercício de cidadania, promoveram uma petição, que reuniu mais de 160 000 assinaturas, pugnando pela defesa do direito de escolha. Trata-se da Petição n.º 430/X/3.<sup>a</sup>, que se encontra pendente na Comissão de Ética, Sociedade e Cultura.

Ultimamente, verificou-se uma mudança de postura por parte do Governo mas a questão fica resolvida apenas de forma parcial se houver acordo com o Governo no sentido de as instituições prosseguirem o ATL de pontas e de pausas lectivas.



## COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Interveio o Senhor Deputado Pedro Mota Soares (CDS-PP) para dar uma palavra de agradecimento à CNIS, constatando que o Estado depende muito das actividades que são prestadas pelas instituições de solidariedade.

Considerou existirem dois problemas essenciais relativamente aos ATL: o primeiro diz respeito à situação de cerca de 100 000 crianças, que, de repente e sem negociação prévia e sustentada, perderam o apoio de que dispunham; o segundo, que é um pouco mais profundo e que se prende com uma questão doutrinária, reside em saber quem deve prestar um conjunto de serviços públicos, sendo certo que, segundo julga saber, neste momento, o problema já se estende às AEC (Actividades de Enriquecimento Curricular).

O Senhor Deputado quis igualmente conhecer a opinião do Senhor Padre Lino Maia sobre outra situação que lhe causa muita preocupação, até pela falta de sensibilidade social que revela, a qual diz respeito à destruição de alimentos em perfeito estado de conservação, alegadamente por falta de um túnel de frio, por parte de elementos da ASAE, perante as próprias instituições, o que provocou uma onda de descontentamento.

O Senhor Deputado Pedro Quartin Graça (PSD) registou com satisfação o anunciado recuo por parte do Governo, que deve ser realçado, apesar de desconhecer os contornos do referido acordo. Quis saber quais são as expectativas da CNIS relativamente às negociações em curso com o Governo e sobre o papel das instituições de solidariedade.

Também a Senhora Deputada Maria José Gamboa (PS) cumprimentou a CNIS e perguntou aos seus representantes que recuo fez a Confederação face às propostas do Governo; de que informação dispõe relativamente a crianças que, teoricamente, ficaram sem ATL a partir das 17 horas e 30 minutos e se poderá falar-se em risco ou negligência agravada dessas crianças; quais os argumentos utilizados pelos trabalhadores para não prestarem serviço em horários de ponta e de que forma é vista a estabilidade económica e financeira das cerca de 2500 instituições filiadas na CNIS.

A Senhora Deputada Mariana Aiveca (BE), depois de cumprimentar a delegação da CNIS, opinou que a discussão em torno das matérias em apreço devia ser a mais descomprometida e desapaixonada possível. Recordou que a história das IPSS não é toda igual: muitas instituições decorreram de um exercício de cidadania, muitas substituíram falhas da resposta do Estado, o que é visível no caso dos idosos. Mas o Estado também se



## COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

demitiu de fiscalizar os acordos celebrados e as instituições devem ter acordos dignos que lhes permitam dar respostas dignas e de qualidade.

Também o Senhor Deputado Jorge Machado (PCP) comentou que, apesar de reconhecer a importância das IPSS, estas não podem servir para que o Estado se desresponsabilize das suas obrigações, atitude com que o PCP não alinha, desejando que as negociações em curso possam obviar ao despedimento de funcionários.

Respondendo aos pedidos de esclarecimentos formulados, o Senhor Padre Lino Maia começou por dizer que está bastante preocupado porque qualquer projecto que não tenha pré-escolar não é financiado. Quanto à actuação da ASAE, de que disse ser bastante crítico, considerou que houve falta de senso não só porque há pobreza envergonhada como porque deve ser fomentada a solidariedade e, numa aldeia, quando alguém dá o que tem, esse gesto não pode ser recusado. Esclareceu ainda que o Governo não recuou e que talvez a CNIS é que o tenha feito estrategicamente.

Disse que os custos do novo ATL a funcionar em pontas e pausas escolares são muitos e que as instituições, embora não sejam lucrativas, têm de sobreviver: o apoio do Estado é de cerca de 28% dos custos reais do ATL, daí que se conte com a comparticipação dos utentes, pugnando as instituições para serem libertadas de uma cláusula que limite o contributo das famílias porque importa privilegiar os mais necessitados. Ou seja, o financiamento deve ser indexado à situação económica da família porque, caso contrário, não se promove a solidariedade.

Informou que a resposta pública do prolongamento do horário escolar não funciona cinco dias úteis por semana, havendo crianças que ficam a descoberto. Concluiu dizendo que faz uma defesa intransigente das respostas públicas, que não são as preponderantes porque o Estado é demasiado burocrata.

Concluída esta reunião, teve de seguida lugar a audição com a União das Misericórdias Portuguesas, representada pelos Senhores Drs. Manuel Lemos e Carlos Andrade.

O Dr. Manuel Lemos agradeceu o amável convite que lhe foi dirigido e começou por dizer que a situação das crianças é preocupante, questionando como é que, no actual quadro laboral, os funcionários podem trabalhar das 8 às 9 horas, das 17 horas e 30 minutos em



## COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

diante e depois durante três meses seguidos. Considerou que se sacrificou a qualidade porque, embora nem todas as crianças fossem abrangidas, as que o eram tinham uma resposta de qualidade. Vaticinou que o sector social, que é complementar, vai desaparecer do panorama ou vão aparecer soluções mais penosas para as famílias, porque vão surgir iniciativas privadas lucrativas.

Precisou que tudo leva a que se pergunte qual é o papel do sector social, se é descartável ou não, se é ou não serviço público, quando o modelo de financiamento implica que se exija mais das famílias que já estão muito penalizadas. Considerou mesmo que houve desperdício de meios ainda que aplauda a ideia da escola a tempo inteiro.

A Senhora Deputada Maria José Gamboa (PS) quis saber se o Presidente da União das Misericórdias Portuguesas dispunha de dados sobre a falta de qualidade no caso das pontas, se a UMP já realizou algum acordo para esses períodos e se as dificuldades nestes casos se prendem com aspectos económicos ou se nada têm a ver com isso. Ou seja, quis saber se a qualidade era maior se o financiamento fosse superior.

O Senhor Deputado Miguel Queiroz (PSD) referiu que, por vezes, se ouve dizer que o Estado subsidia integralmente as misericórdias nas suas diversas valências (lares de terceira idade, apoios aos jovens e crianças) e quis saber se tal afirmação corresponde à verdade.

O Senhor Deputado Pedro Mota Soares (CDS-PP) agradeceu a intervenção inicial do Dr. Manuel Lemos e sublinhou que o Governo, naquele processo, cometeu três erros: um erro laboral porque, do lado dos recursos humanos, não foi acautelada a situação das instituições que não celebraram acordos; um erro social especialmente penalizador para as famílias e crianças e um erro de modelo, de doutrina.

O Senhor Deputado Jorge Machado (PCP) mencionou que, apesar de acreditar que as misericórdias têm um papel complementar muito importante, o PCP está preocupado com a desresponsabilização do Estado, que tem de assumir as funções constitucionais que lhe estão atribuídas. Perguntou quais são os reflexos da diminuição de financiamento.

Na sua resposta, o Senhor Dr. Manuel Lemos começou por esclarecer que teve conhecimento de que só seriam aprovadas as candidaturas com pré-escolar, o que denota



## COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

uma certa visão dos responsáveis pelo QREN; que as comparticipações do Estado são da ordem dos 30, 35%; que as misericórdias se encontram num profundo processo de modernização; que, se durante anos, o Estado investiu nos ATL é porque não são descartáveis; que a Misericórdia da Amadora já celebrou acordos para as pontas, o que se explica pela sua dimensão e situação geográfica, não sendo esse modelo reproduzível.

Considerou que os ATL eram um projecto de qualidade educativa complementar, não se tratando apenas de guarda de crianças, e que a forma como as autarquias montaram o esquema da escola a tempo inteiro não tem qualidade.

Por último, aclarou que o problema não é de dinheiro e que o Estado tem de dar às pessoas o direito de escolha, ainda que os ATL não abarquem todo o país. Sublinhou que as misericórdias nunca reclamaram dinheiro mas serem ouvidas, pelo que importava que fosse feita uma reflexão pelo Governo e pela maioria que o sustenta sobre a situação das crianças.

Concluída esta audição, teve de seguida lugar a reunião com o Senhor Dr. Jorge Bleck da Silva, na qualidade de presidente da União das Mutualidades Portuguesas, que, numa breve intervenção, explicou que as suas preocupações são mais de princípio por representar apenas duas mutualidades (a do Montijo e a do Porto) que prestam estes serviços, envolvendo cerca de 200 crianças e meia dúzia de funcionários.

A Senhora Deputada Maria José Gamboa (PS) comentou que, actualmente, a ocupação efectiva dos funcionários é muito pequena e que se torna um peso do ponto de vista financeiro. Estando em revisão o pacote de colaboração com o Governo, quis saber o que se faz com pessoal que nada fez.

Na sua resposta, esclarecendo que os ATL se situam na franja das atribuições das mutualidades, o representante da União das Mutualidades Portuguesas disse que já houve mutualidades que fecharam e que provavelmente vão fechar mais com a consequência de os seus funcionários ficarem no desemprego.

O Senhor Presidente agradeceu o contributo do Senhor Dr. Jorge Bleck da Silva e deu por concluída aquela audição.



**COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

A reunião foi encerrada às dezassete horas e quarenta e cinco minutos, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 1 de Julho de 2008.

**O PRESIDENTE,**

**Vítor Ramalho**



**COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

**Folha de Presenças**

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Arménio Santos  
Costa Amorim  
Custódia Fernandes  
Esmeralda Salero Ramires  
Fernando Antunes  
Francisco Lopes  
Isabel Coutinho  
Isabel Santos  
Jorge Strecht  
Luís Rodrigues  
Maria Cidália Faustino  
Maria José Gamboa  
Mariana Aiveca  
Miguel Laranjeiro  
Miguel Queiroz  
Pedro Mota Soares  
Pedro Quartim Graça  
Vitor Ramalho  
Jorge Machado

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Adão Silva